



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CONSELHO DE ALTOS ESTUDOS E AVALIAÇÃO TECNOLÓGICA		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0688/12	DATA: 23/05/2012
INÍCIO: 14h59min	TÉRMINO: 15h54min	DURAÇÃO: 00h54min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 00h54min	PÁGINAS: 19	QUARTOS: 11

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Divulgação dos trabalhos desenvolvidos pelo Conselho.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Quero saudar os colegas Deputados Félix Mendonça Júnior e José Humberto, membros deste Conselho, assim como o nobre Deputado Newton Lima, que tem um trabalho muito bonito. Hoje, como Presidente da Comissão de Educação, tem tido uma responsabilidade muito grande, mas não deixa de comparecer a este Conselho.

Quero saudar também os senhores assessores, de modo especial o nosso Secretário-Executivo, Luiz Henrique Cascelli.

Saúdo todas e todos.

Julguei oportuno fazer esta reunião de trabalho para darmos conhecimento à Casa dos trabalhos que estão sendo desenvolvidos pelo nosso Conselho.

Em primeiro lugar, eu gostaria de felicitar o ilustre Deputado Ariosto Holanda pelo pleno êxito do lançamento do seu trabalho *Assistência Tecnológica às Micro e Pequenas Empresas*. Foi um evento muito marcante, que contou com a presença de reitores de várias universidades e de vários Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Contou também com a presença maciça de Parlamentares.

Ele mostrou a importância de proporcionar assistência tecnológica às micro e pequenas empresas. São geradoras de renda e empregos no País. Mas a maior parte delas morre antes de 1 ano de funcionamento, em razão de seus produtos não terem poder de competitividade. Ele fez um diagnóstico preciso e disse que precisávamos, cada vez mais, dos Institutos Federais de Educação e das universidades, a fim de que forneçam os instrumentos fundamentais para que essas micro e pequenas empresas, tecnologicamente avançadas, possam ter produtos competitivos no mercado. Disse também que elas carecem de gerenciamento, de mercadologia e, sobretudo, de competitividade.

Todos os oradores fizeram uma exposição muito boa. Em seguida, expliquei a essência do trabalho e disse que o Conselho se sentia muito feliz em oferecer mais uma vez ao País um trabalho dessa dimensão.

Quero dar conhecimento a todos de outros trabalhos que estão sendo feitos. Anuncio hoje um que, acho, vai ser também uma revolução: *Energias Renováveis: Riqueza Sustentável ao Alcance da Sociedade*, coordenado pelo Deputado Pedro Uczai, que hoje está participando de um seminário sobre esse assunto, para se



atualizar. Esse trabalho já está praticamente pronto. Pretendemos lançá-lo no dia 13 de junho, às 15h30min, no mesmo local, no Café do Salão Verde.

Há também o estudo *A Legislação de Patentes e o Futuro da Inovação Tecnológica no Brasil*, coordenado pelo ilustre Deputado Newton Lima. Gostaria que S.Exa. nos desse informações agora sobre esse trabalho.

O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - Muito obrigado, Sr. Presidente, Deputado Inocêncio Oliveira.

Quero cumprimentar os meus colegas do Conselho de Altos Estudos e dizer que estou muito entusiasmado com esse trabalho que estamos fazendo. Esse é daqueles em que, quanto mais garimpamos, mais coisas descobrimos.

Nós estamos, como todos sabemos, no caso das patentes, sob um acordo internacional, o Acordo TRIPS. A nossa Lei de Patentes já está quase em situação de ser mudada. Está com quase 18 anos de vigência, precisa ser atualizada, para que possamos promover os avanços necessários, do ponto de vista do Legislativo, a fim de oferecer garantia aos nossos empresários, aos nossos inovadores e ampliar a nossa produção relacionada à propriedade intelectual.

Descobrimos, nos primeiros seminários e eventos que fizemos, que é preciso nos aprofundar, especificamente num setor da maior relevância para o Brasil, responsável pelo maior déficit da balança comercial. Refiro-me ao setor de fármacos. Lamentavelmente, na nossa balança comercial, quando consideramos fármacos e instrumentos para a área de saúde, verificamos um déficit de 10 bilhões de reais nas contas públicas por ano, o que impõe a necessidade de um olhar mais cuidadoso, com uma lente de aumento maior.

Com a anuência do nosso Presidente Inocêncio Oliveira, vamos realizar, na próxima terça-feira, um último seminário sobre fármacos e biofármacos, para entendermos exatamente por que, por exemplo, a indústria americana está fazendo tanta pressão, nos órgãos internacionais, sobre a nossa indústria nacional.

Nós que a defendemos — eu próprio, inclusive, a Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Nacional — já estamos realizando na Casa um seminário muito importante com a Comissão presidida pelo Deputado Márcio Reinaldo. Nós estamos também esmiuçando a questão, no sentido de ajudar nos temas relativos a desoneração, câmbio, juros (algo que a Presidenta Dilma vem fazendo), do ponto



de vista de tecnologia e inovação, qualificação de mão de obra, do trabalho e da produção.

Especificamente nesse setor, Presidente Inocêncio, demais colegas, a questão da patente parece exercer — não quero ser absolutamente conclusivo — um papel central no problema maior de termos esse enorme grau de dependência. Há pelo menos dez empresas nacionais, hoje, em condições de fazer o desenvolvimento não de toda a cadeia farmobioquímica, mas certamente algumas delas são importantes para o nosso País, em função das nossas características.

Sob a competente assessoria e consultoria do Fábio, do César e do Maurício, que aqui se encontram, estamos fechando um primeiro trabalho para publicação, com apoio de uma instituição da maior relevância, que é o IPEA. Por meio de um convênio que V.Exa. promoveu com esse extraordinário instituto de pesquisas econômicas, estamos juntando esforços, porque descobrimos, no meio do caminho, que estávamos trabalhando aqui e que o IPEA estava trabalhando lá.

Juntamos os esforços e ainda motivamos o CGE, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, a fazer o estudo deles. O CGE está aguardando o nosso trabalho, para que possa também o Ministério, certamente, por intermédio do Centro de Gestão Estratégica, fazer o seu trabalho.

De qualquer maneira, o nosso trabalho vai-se concluir certamente no começo do segundo semestre, uma vez que há esse relatório sobre o setor de fármacos, que vai ser aberto pelo Ministro Padilha. O Ministro Padilha encomendou um trabalho especificamente sobre o tema das patentes no setor dos remédios, sobretudo dessa nova geração, que envolve nanotecnologia, que é tão cara ao nosso Presidente — é questão da maior relevância, que o Presidente sempre considera em todas as áreas.

Vamos também trazer o Ministro Otávio Brandelli, da Embaixada do Brasil no Uruguai, um dos maiores estudiosos desse tema; o pessoal da ABIFINA, que reúne a competência nacional da indústria química na área de fármacos, para nos dar a sua opinião; professora da FGV, que está fazendo um trabalho extraordinário, Eloísa Machado de Almeida; Desembargador do Tribunal Regional Federal no Rio de Janeiro — um olhar do Judiciário é importante, uma vez que está havendo muitas contendas nos tribunais brasileiros sobre propriedade intelectual de fármacos. Nós precisamos, exatamente por isso, melhorar a nossa legislação, para que possamos



dar ao Poder Judiciário instrumentos mais adequados e modernos para a tomada de decisões nesse campo. Convidamos ainda o Presidente da ANVISA, que também tem responsabilidade na aprovação de remédios, de fármacos, de maneira geral, de insumos para essa área da saúde. Por fim, um professor do Rio de Janeiro, Pedro Marcos Barbosa.

Tenho certeza de que vamos realizar um seminário da maior envergadura, como foram os anteriores. Estamos tentando trazer também o Ministro Ayres Britto, do Supremo, que é um apaixonado por essa discussão, por esse tema. Não sei como está a agenda do Ministro, que agora é Presidente. Tínhamos conversado antes de ele se tornar Presidente do STF. Vamos ver se conseguimos trazê-lo. Caso contrário, com a abertura do Deputado Inocêncio Oliveira, com a realização de uma palestra magna do Ministro Alexandre Padilha e com essas duas Mesas, vamos dar por encerrados os nossos trabalhos do ponto de vista intelectual e passaremos à elaboração dos nossos relatórios para apresentação a este Conselho. Depois, vamos passar à elaboração dos nossos relatórios para apresentação a este colegiado e, em seguida, publicação das proposições que resolvemos indicar ao Executivo e ao Legislativo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Parabenizo o ilustre Deputado Newton Lima pelo conteúdo de seu trabalho, sobretudo pelo capítulo destinado às patentes e ao futuro da indústria nacional de fármacos. É uma parte muito importante.

Todos sabem da biodiversidade da nossa Amazônia. Precisamos aproveitar esse potencial para que possamos, cada vez mais, ter produtos semelhantes aos da China, que conta, por exemplo, com os chamados Médicos de Pés Descalços, que só usam produtos...

O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - Naturais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Usam plantas para elaborar produtos que curam grande parte das doenças. Como lá existe uma população de 1 bilhão e 300 milhões de habitantes, eles necessitam, cada vez mais, atender a quantidade. Nós, além da quantidade, queremos qualidade. Portanto, precisamos fazer pesquisas com referência aos nossos fármacos. Saber da



substância que ali existe e saber a dose necessária a ser aplicada no paciente são condições fundamentais para construirmos uma verdadeira indústria farmacêutica nacional, que, infelizmente, ainda depende muito do mercado externo. Nós importamos quantidade de medicamentos nunca vista no País. Parece-me que o Deputado Newton Lima falou em cerca de 10 bilhões de dólares. Já se diz que pode chegar a 20 bilhões de dólares. Então, precisamos ter a nossa indústria, até como fonte reguladora dos preços.

Há essa exploração. O ideal seria pesquisarmos. Os genéricos têm competido em relação a preço. Mostram que o mesmo produto sem o nome fantasia pode fazer o mesmo efeito, por um preço até 80% menor.

O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - Dez, vinte vezes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Então, precisamos fazer essas coisas. Com estudos dessa natureza, tenho certeza de que vamos estimular, cada vez mais, a nossa indústria farmacêutica.

Estamos realizando também um trabalho sobre terras-raras, cuja Relatora é a Deputada Teresa Surita. Como S.Exa. está agora despachando com o Ministro, seria oportuno que o Sr. Paulo César nos desse informações a respeito desse estudo.

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA - Boa tarde a todos.

Na ausência da Deputada, eu posso dar algumas informações sobre o que temos feito no âmbito do estudo de terras-raras e minerais estratégicos. Acho que a primeira coisa importante a se dizer é que não são apenas as terras-raras, mas também os minerais estratégicos.

Já foi elaborado o primeiro texto, em que fazemos um levantamento da situação específica das terras-raras no Brasil. Identificamos que o Brasil tem grandes depósitos de terras-raras, não só de terras-raras, mas também de outros minerais estratégicos. O País, contudo, não produz atualmente 1 grama de terras-raras. O mercado está concentrado com a China. A nossa primeira visão é de que a China domina esse mercado hoje porque teve um plano estratégico, realizou investimento maciço em ciência e tecnologia, construiu vários centros de pesquisa estatais e desenvolveu uma grande tecnologia para toda a cadeia produtiva.



Não acreditamos que a simples produção de óxidos de terras-raras vá trazer grande contribuição para o País. Porquê? Porque o mercado de matéria-prima é de baixo preço, de baixo valor. O que a China fez foi identificar os recursos naturais que tem, estabelecer toda uma cadeia produtiva, investir maciçamente em P&D e construir indústria que agrega valor aos recursos minerais. A China, no futuro, pode ser a grande fornecedora, por exemplo, de grandes turbinas eólicas e grandes geradores que precisam de terras-raras, de outros minerais estratégicos. Eles estão desenvolvendo a tecnologia do futuro.

Em relação a energia eólica, a China tem um investimento tão grande que está prevendo instalar, em 10 anos, só em eólica, o triplo da capacidade instalada de geração elétrica no Brasil. Há um grande esforço para desenvolvimento de cabos elétricos, um esforço muito grande para desenvolvimento de baterias, porque o grande gargalo no carro elétrico ainda é a bateria. Eles têm grande desenvolvimento não só em bateria, mas também nos motores elétricos.

Nós vemos que, no caso das baterias e dos motores elétricos, novamente os minerais estratégicos, as terras-raras são fundamentais. Vai ser preciso, por exemplo, no caso de bateria, de lítio, de grafita. No caso de motor, será necessário neodímio, praseodímio, disprósio. Eles estão trabalhando em cima desses materiais e desenvolvendo, por exemplo, a partir de minerais estratégicos, ímãs permanentes que hoje já concorrem com os japoneses.

Só para termos uma ideia do potencial da China, ela está com 70% do mercado mundial de ímãs permanentes. E não conseguimos imaginar gerador eólico de alta eficiência e motor de alta eficiência sem ímã permanente. Eu, de certa forma, estou vendo a China até como um exemplo para o Brasil. Nós temos que pensar também estrategicamente.

Com relação às condições do Brasil de desenvolver tecnologia, de agregar valor aos minerais estratégicos, temos também identificado problemas graves, vamos dizer assim. Nós temos, no Brasil, apenas um centro de tecnologia voltado à mineração, voltado ao bem mineral, não à transformação mineral, não à agregação de valor ao bem mineral. É o Centro de Tecnologia Mineral, no Rio.

Eu fiz um levantamento dos recursos do Centro de Tecnologia Mineral, em 2009 — era um dado disponível —, e verifiquei que foram investidos apenas 15



milhões em pesquisa. Consideremos o setor petróleo. Em 2009, o Centro de Pesquisas da PETROBRAS investiu 1,5 bilhão. Estou comparando o setor petrolífero, que é a minha origem, com o setor mineral. Vemos o Centro de Pesquisas, no setor petróleo, com 1,5 bilhão e o setor mineral com 15 milhões. E não identificamos, no Brasil, nenhuma ação estatal no sentido de se desenvolver tecnologia para agregação de valor aos bens minerais.

Então, surgiram algumas ideias, algumas conversas. Talvez o caminho mais simples fosse ampliar o foco do CETEM. O CETEM não seria um centro apenas de tecnologia mineral, de tecnologia de bens minerais, mas também de transformação mineral e de produção de tecnologia para produtos de alto valor. Esse seria um caminho.

Internamente, aqui, no grupo, chegamos a discutir a questão até da criação de uma empresa pública, de uma empresa estatal, porque é o meu sentimento. Agora, isso é muito pessoal. O meu sentimento é de que não identificamos, no Brasil, empresas dispostas a fazer altos investimentos numa área que tem alto risco. Não vislumbramos o empresário brasileiro, hoje, fazendo investimento para produção, por exemplo, de ímãs permanentes que concorram com os da China. Então, uma possibilidade poderia ser a criação de uma empresa pública, uma empresa estatal.

Agora, o mais importante nessa questão toda são os recursos. Há necessidade de vultosos recursos para se fazer investimento em pesquisa e desenvolvimento na área de transformação mineral. Foram consideradas duas possibilidades. Estamos analisando duas possibilidades. A primeira seria a utilização dos próprios *royalties* do petróleo. Nós tivemos, no ano passado, 25,6 bilhões de reais. A metade disso é participação especial. E a participação especial do próprio setor petróleo poderia ser uma fonte de recurso para pesquisa e desenvolvimento na área mineral.

O que me parece mais razoável, porém, não é isso. O que me parece mais razoável é haver pagamento de uma participação especial por parte de grandes empresas produtoras de recursos minerais. A Vale, por exemplo, no ano passado, deu um lucro mais alto do que o da PETROBRAS: foram 37,8 bilhões. O lucro da



PETROBRAS foi de 33,3. E a Vale praticamente não paga... A PETROBRAS pagou 25,6 bilhões, e a Vale pagou 500 milhões.

Em nossa visão, o que parece mais razoável, mais lógico são os minerais, as jazidas minerais que geram lucros extraordinários, como as de minério de ferro. O minério de ferro, as grandes mineradoras geram lucros extraordinários, como esse da Vale, de 37,8 bilhões. Seria criada então uma participação especial no setor mineral. Parte dessa participação especial do setor mineral, a ser cobrada apenas de grandes empresas e de jazidas de alta rentabilidade, financiaria a ação estatal, o investimento estatal para desenvolver tecnologia. Poderia haver parceria do Estado com empresas privadas em projetos de risco, por meio de *joint ventures*.

Para nós está muito claro que, sem ação do Estado, não vamos evoluir na transformação mineral, na agregação, na geração de tecnologia. O Brasil está simplesmente assistindo a outros países desenvolverem tecnologia. Essa famosa economia verde, desenvolvimento sustentável, está sendo objeto de análise. Estou iniciando um trabalho para fazer uma ligação entre recursos naturais, bens minerais e vinculação desses bens minerais com a economia verde, com o desenvolvimento sustentável.

Eu acho que ainda estamos engatinhando. A China está onde está, com esse quase monopólio do mercado, porque começou um trabalho na década de 80. Então, se quisermos avançar no Brasil — acho que estamos muito atrasados —, temos de começar o quanto antes a mudar a nossa postura e pensar estrategicamente no País.

O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - Lembro, Sr. Presidente, que já introduzimos terras-raras, no Rio de Janeiro, de forma estratégica. Ao deixar de fazê-lo, o nosso País involuiu, infelizmente.

Ele fez menção a quase monopólio, mas é monopólio absoluto da China. São 98%?

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA - Noventa e sete por cento.

O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - Noventa e sete por cento. Esse é um tema da maior relevância. O País vai precisar criar — temos a PETROBRAS, com o CENPES — a “Terrabrás”, a “Minerabrás” ou algo assim, porque empresa nenhuma



vai fazer esse investimento. É o Estado que vai precisar concentrar esforços em tecnologia para retomar uma tecnologia em que temos domínio, é bom que se diga.

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA - Mas o que aconteceu no Brasil, a partir da década de 40, foi uma produção a partir da monazita. O problema é que essa monazita tem alto teor de tório e tem urânio também, mas principalmente tório. Com essa questão, com a participação da sociedade, o mundo todo praticamente abandonou essa areia monazítica como fonte de recurso para a produção de terras-raras. E o Brasil, de certa forma, acompanhou essa tendência, parou também a produção a partir de areias monazíticas. Existe desafio tecnológico para se produzir terras-raras e outros minerais estratégicos a partir de jazidas localizadas no Estado de Minas e no Amazonas.

É importante ressaltar também que convidamos o Sr. Antenor Silva para vir aqui. O Sr. Antenor Silva tem uma jazida de monazita em Araxá completamente diferente da monazita de Buena, no Estado do Rio, com baixíssimo teor de tório e urânio. Vemos que ele está tendo um desafio tecnológico para produzir terras-raras, nióbio e fosfato, a partir desse mineral que ele tem em Minas. A experiência que o Brasil teve no passado foi muito útil, mas é aplicada a um determinado composto mineral. Nesse novo cenário, é preciso desenvolver a tecnologia. O que temos percebido é que ele tem trabalhado bastante sozinho. Inclusive, ele trouxe um técnico da China para ajudá-lo no processo de separação de um dióxido com alta pureza, porque o Brasil não tem essa tecnologia de separação de dióxido de alta pureza a partir desse minério lá de Araxá. Vemos um Estado completamente ausente e o esforço individual de um empresário.

É importante dizer também que o fato de o Sr. Antenor Silva, da MBAC, produzir óxidos de terras-raras em nosso País não muda praticamente nada a situação do Brasil. Por quê? Porque estamos produzindo óxido com baixo valor e vamos continuar na dependência dos produtos que consomem terras-raras. Então, muda pouco a realidade brasileira. Talvez mudasse a realidade da PETROBRAS, que precisa de óxido de lantânia. Mas a informação que tivemos é de que a PETROBRAS já fez uma compra grande de óxido de lantânia e, por 5 anos, não vai fazer mais compras. Então, a PETROBRAS já resolveu o seu problema.



Acho que o grande desafio não é só produzir o óxido. Por isso esse nosso trabalho aqui não vai considerar só o aspecto mineral. Vamos entrar na tecnologia.

O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - Eh, engenheiro químico! Isso é bom para um engenheiro químico. Tinha que ser um consultor assim.

Ele é engenheiro químico de formação, sabe o que está falando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Eu gostaria de agradecer as informações.

Pergunto ao Dr. César se existe alguma legislação no mundo que determine que as empresas têm de usar um percentual para pesquisa, do seu lucro.

O SR. PAULO CÉSAR RIBEIRO LIMA - Eu acho que um grande exemplo de legislação foi a brasileira. A brasileira destina uma parcela dos *royalties* para o CT-PETRO, no caso. No Brasil, relativamente à CFEM, que é a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais, uma parte é destinada a pesquisa e desenvolvimento.

Esse financiamento que mencionei aqui, de 15 milhões, do CTEM, vem dos *royalties* da mineração. Mas, com 15 milhões, não se faz absolutamente nada. Então, a notícia que é importante, que não tem repercutido no Brasil — deveria estar na capa de todos os jornais —, foi a criação, na Austrália, do imposto sobre lucros extraordinários. Vão ser recursos maiores do que os dos *royalties* australianos, que já são muito mais altos do que os brasileiros. Surge na Austrália agora a possibilidade de investimento em pesquisa e desenvolvimento também. Tradicionalmente, a Austrália não é uma grande investidora em cadeia produtiva de recursos minerais.

O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - Posso dar uma contribuição sobre isso, Sr. Presidente?

Como vamos receber em breve do Governo, espero, o projeto do marco regulatório do setor mineral, nada melhor do que fazermos a vinculação a isso. Ponha na recomendação, por favor, peça para a Deputada Teresa fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Eu já ia falar com o Dr. Paulo César.



Dr. Paulo César, o senhor poderia fazer um projeto, que seria assinado por este Conselho, sobre a necessidade de o Brasil determinar um percentual do lucro das empresas para que seja usado em pesquisa.

Nenhum país se desenvolve no campo da tecnologia se não fizer pesquisa. Ter de comprar, pagar *royalties* a outros países é um absurdo num país que tem capacidade científica da melhor qualidade, universidades de bom conteúdo, tudo isso. Ter de pagar toda vez *royalties* fora é um absurdo. Então, gostaríamos de fazer um projeto, em nome do Conselho, em que se determinaria que um percentual do lucro será utilizado em pesquisa.

Eu sou um admirador muito grande da nanotecnologia. Sou um grande admirador desse tema desde que vi o trabalho de um inglês, sobre a escrita de toda a *Encyclopédia Britânica* na cabeça de um alfinete. Fiquei entusiasmado com aquilo. Também fiquei entusiasmado com isto: um condutor, transformado em nano, poderia tornar-se isolante, e vice-versa.

Para mim, aquilo foi uma revolução tão profunda que faz parte até da fé. Para se acreditar, há que se ter fé. Como acreditamos em Jesus Cristo e acreditamos que existe céu, inferno e purgatório, é preciso ter fé. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - É a história de o elefante passar pelo buraco da agulha, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Eu queria ver futuramente alguém aqui propor o estudo da nanotecnologia. É uma ciência que ainda está engatinhando, mas tem muito futuro.

Acredito que é muito importante estudarmos a nanotecnologia, para que possa haver no Brasil também avanço nessa área. Eu acho que o mundo inteiro está pesquisando isso.

Antigamente, eram os alquimistas que transformavam qualquer coisa em ouro. Precisamos nos transformar em alquimistas. Quem sabe se não é por meio da nanotecnologia que vamos conseguir isso? (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - Sr. Presidente, antes de V.Exa. passar a palavra para o próximo orador, posso entregar cópias atualizadas a respeito do nosso seminário, para que sejam distribuídas? Somente o Ministro Ayres Britto não tem presença confirmada ainda no nosso seminário, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Chegou o meu grande amigo, entusiasta e Relator do estudo sobre energias renováveis. Gostaria então de passar a palavra ao ilustre Deputado Pedro Uczai, para que fale sobre os estudos e sobre esse seminário do qual está participando, o Seminário *Microgerar*, no Hotel Brasília Imperial.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Deputados presentes, assessores, entusiasta é sempre o Presidente Inocêncio, que sempre nos dá ânimo, coragem, força.

V.Exa., Sr. Presidente, tem sido um protagonista quanto à agregação deste Conselho, para pensarmos longe, para pensarmos grande. Fico muito feliz e honrado de tê-lo como Presidente deste Conselho.

O Seminário *Microgerar* está sendo extremamente rico. Uma síntese que está presente no seminário é a de que muitas iniciativas e debates que ocorreram no Congresso Nacional estão se transformando em resolução, como a da ANEEL, que reconheceu, naquele seminário internacional que o Conselho de Altos Estudos realizou ano passado, parte daquele debate, junto com a audiência pública de outubro, o que desembocou na Resolução nº 438, da ANEEL, permitindo um novo momento para micro e minigeração de energia limpa, energia renovável.

Quanto ao seminário ontem e hoje, há um sentimento de alegria, de conquista, de vitória de tantos envolvidos nessa caminhada, por se estar avançando por meio de novas resoluções.

Apresentamos nova proposta, construída no Conselho de Altos Estudos, para aperfeiçoar ainda mais a legislação sobre energia limpa, renovável, permitindo-se inclusive vender a energia que hoje legalmente está impedida. Todo o excedente que se produz hoje de energia limpa é posto na rede. Há compensação em crédito, mas não em moeda corrente. Estamos tentando a transformação em venda mesmo, comercialização, como no caso de qualquer outro empreendedor.

Então, ficou muito presente que a Câmara dos Deputados, o Congresso Nacional têm tido um papel fundamental para criar ambiente favorável a esse futuro que estamos construindo neste País, ainda mais diante da Rio+20. Informo que foi nesse contexto que concluímos a proposição legal que os senhores assinaram e que está tramitando. Nós a entregamos à coordenação do Governo, que está avaliando,



junto com os Ministérios, se a transforma em medida provisória, antes da Rio+20, o que seria um presente que o Conselho de Altos Estudos receberia do Governo Federal. Transformada em medida provisória, já entraria em vigor.

O lançamento do livro, junto com essa construção que foi feita desde o ano passado, está previsto para o dia 13 de junho, quarta-feira, às 15h30min, no Salão Verde. Será um bom momento. Em junho, faremos esse lançamento, como preparação para a Rio+20.

Seria muito bom que, também nesse dia, chegasse a esta Casa a referida medida provisória, que seria a legitimação dessa proposta legislativa do Conselho.

Eu quero agradecer todo o apoio que, até este momento, recebemos do Conselho, dos assessores, dos consultores. É um privilégio contar com os consultores que atuam no Conselho de Altos Estudos.

Vamos fazer uma bonita festa. Trata-se de energia limpa, energia renovável, trata-se de futuro. Na ocasião, Presidente Inocêncio, V.Exa. pode, quem sabe, tomar refrigerante, outros podem tomar água, outros ainda, cerveja, vinho ou chope. Nesse dia, vou tomar uma cachacinha, para comemorar mais uma conquista da energia limpa e renovável deste País.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - Porque a cachaça vem da cana, não é isso?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sim, é energia limpa. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Agradeço ao ilustre Deputado Pedro Uczai a participação.

Na última reunião, aprovamos um estudo proposto pelo ilustre Deputado Félix Mendonça Júnior. Esse estudo dizia respeito à gestão e à utilização de recursos hídricos. Nada mais atual, sobretudo quando agora se vê todo o Nordeste castigado por mais uma seca, uma inclemente seca. Segundo alguns, é a maior dos últimos 40 anos. Tem dizimado rebanhos. Já se calcula que o prejuízo do Nordeste, com a seca neste ano, ficará em torno de 12 bilhões de reais. E se vê o Norte coberto de água.



Por isso fizemos um pedido à ANA, que nos mandou tudo sobre esse trabalho que desejamos elaborar. Já estão os nossos técnicos procurando se aprimorar em relação ao assunto, para que possamos fazer um trabalho de grande envergadura.

O nome proposto é dos melhores. Não poderia ser pessoa mais habilitada, profunda conchedora dos problemas da Região, tem uma hereditariedade muito boa, que é do seu pai, o querido Félix Mendonça. Além do mais, é um homem estudos, um homem sério, um homem que tem o respeito de todos nós. Quero, portanto, dar a palavra ao meu grande amigo Deputado Félix Mendonça Júnior, para que possa dizer algo. S.Exa é o Relator dessa proposição. Nós estaremos ao seu lado para ajudá-lo em tudo o que for possível, a fim de que este Conselho possa oferecer à sociedade brasileira mais um *Caderno de Altos Estudos*.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR - Sr. Presidente, é uma honra estar neste Conselho. Sou um aprendiz aqui, com muito orgulho, alegria e, às vezes, ansiedade. Abordamos muitos problemas, como os de terras-raras, patentes, energias renováveis. Outros estudos foram feitos aqui. Nós ficamos contentes, mas também angustiados, por sabermos que há tanta coisa a ser resolvida neste País.

Vou fazer um breve relato sobre essa nossa solicitação. Foi realizada em 2011. Encaminhamos ao Ministério do Meio Ambiente um requerimento de informação. Foi respondido. Só para termos uma ideia, apenas duas bacias, a do Rio Paraíba do Sul e a dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, estão enquadradas na Lei da Política Nacional de Recursos Hídricos, uma lei que tem mais de 15 anos.

O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - E cobra direito de uso.

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR - E cobra direito de uso. Só essas duas que têm enquadramento parcial nessa lei. Então, vemos que todo o restante está fora disso e algo está errado. A resposta foi de que era preciso mais tempo. Mas acho que 15 anos é um tempo razoável para se ter um estudo e efetiva utilização da lei.

Precisamos fazer um novo estudo e modificar o que está acontecendo. Vimos o que é necessário fazer. Mas é um estudo muito amplo, porque, como bem disse o Presidente, envolve água como bebida — está havendo dificuldade no nosso Nordeste —, água para a agricultura, água para a navegação, ecologia, energia, os aquíferos. Tudo isso envolve um estudo muito amplo. Então, precisamos formatar



melhor a questão. Espero apresentar na próxima reunião um objetivo mais definido desse estudo, para não o deixarmos tão amplo. Se o deixarmos muito amplo, não conseguiremos realizar um estudo eficaz. Na nossa próxima reunião, quero apresentar essa solicitação.

Quando vemos, no nosso Nordeste, a seca e, no nosso Norte, a água, percebemos que falta um trabalho de prevenção. Sabemos que, todo ano, há seca, e todo ano destinam recursos emergenciais para a seca. Seca não é emergência. Seca ocorre todo ano. Inundação acontece todo ano. Então, seca e inundação não podem ser consideradas como emergência. O *tsunami* no Japão é uma emergência, acontece esporadicamente. No nosso caso, sabemos o que vai acontecer, e se espera acontecer para que as providências sejam, tomadas.

Neste conselho estamos fazendo o contrário. Sabemos o que vai acontecer, sabemos o que pode acontecer e estamos tomando, em todas as áreas, medidas antecipadas para os próximos 30 anos, 50 anos. Com esse estudo, queremos que as nossas futuras gerações se beneficiem. Se ainda pudermos ser beneficiados por algo, vai ser muito bom, mas, se as próximas gerações dissemos que se beneficiaram, já ficaremos felizes.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. Presidente, eu queria fazer uma observação. Já abordei esse tema em outros momentos aqui. Eu queria parabenizá-lo, porque, para mim, a questão minérios é estratégica para o Brasil, assim como a de energia e água, para o País e também para o planeta. Eu o cumprimento por sua disposição de fazer esse estudo.

Estou cada vez mais convencido disso. Eu já me manifestei aqui e não apenas especificamente sobre essa área. Apresentei, inclusive, um requerimento para que seja feito um estudo sobre aquífero, águas subterrâneas, porque estamos vivendo, em nossa região, situação extremamente complexa, conflitiva e contraditória. Estão lá 70 pesquisadores de universidades da Argentina, do Paraguai, do Uruguai e do Brasil tentando entender um pouco sobre aquele aquífero e o uso dele. Então, hoje, precisamos aprofundar esses estudos.

Mas aonde quero chegar com esta fala? Quero falar sobre a participação dos Parlamentares do Conselho de Altos Estudos na abordagem dos temas. Temos só quatro temas. Os Deputados que não têm um tema para estudar têm cada vez



menos interesse em participar do Conselho. Pela complexidade de determinados temas, dois Deputados, três Deputados poderiam participar da análise do assunto.

O Deputado Jaime Martins me chamou a atenção agora, de forma muito justa, para uma questão. Nós estudamos as energias limpas e renováveis, mas, na área dos resíduos sólidos, a análise ficou aquém da complexidade e da profundidade do tema. Se, no passado, tivéssemos decidido que dois Deputados participariam desse estudo, de maneira complementar, a análise, extremamente importante, seria mais rica, e mais Deputados se sentiriam motivados a se engajar em temas profundos, necessários e relevantes para este País.

Não se trata especificamente desse tema, mas também de outros que se vão incorporando. Se outros Deputados tiverem interesse em participar de maneira conjunta, defenderei essa tese. Assim, nas quartas-feiras, veremos aqui mais Deputados engajados, participando do Conselho de Altos Estudos, porque se tornarão sujeitos desse processo de construção.

Retomo um pouco essa ideia. Essa construção fazemos também por meio do diálogo com a Consultoria. Há essa experiência de 1 ano. Podemos ampliar isso, contribuir. Eu ficaria muito feliz se conseguíssemos melhorar o trabalho que se propõe, com mais força, com a participação de mais Deputados, mais assessores, mais consultores. Haveria também mais atividades, com divisão de tarefas. Se, no dia a dia, estivéssemos só no Conselho, o.k., mas temos de participar de Comissões, de Frentes Parlamentares.

Imaginem Newton, que preside uma Comissão e preside uma Frente Parlamentar também! Então, é muita coisa.

Imaginem se viessem dois ou três para cada tema, nem que não venham agora, mas nos próximos temas. Eu gostaria de defender essa idéia. Acho que fortalece o Conselho de Altos Estudos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Acho que esses temas que V.Exa. levanta e acaba de propor também ao nosso Relator que inclua tenho certeza de que ele já ia incluir, sobretudo o das águas subterrâneas. Nós temos um dos maiores aquíferos do mundo, o Guarani, o Aquífero Guarani. Lá temos regiões, em Pernambuco, em que... Eu mandei perfurar um poço há 20 anos, e disso ali foi passado uma parte para lá. Esse poço ainda está jorrando. Agora são poços de



1.000 metros de profundidade. Ele fica jorrando, e sai água quente. Água quente! Mandei perfurar outro poço, na Serra do Araripe. Faz 10 anos que ele está jorrando água, de 150 mil a 300 mil litros d'água. É uma coisa impressionante! E é água quente. Então, nós temos esse Aquífero Guarani, que vai sair lá no Vale do Gurgueia, onde também poços profundos fazem com que jorre água. Então, nós precisamos descobrir a potencialidade do Brasil nesse campo, e, mais do que isso, explorar ainda mais.

Nós precisamos cobrar da ANA a legislação existente, que determina o que a ANA deve transferir para os Estados, e pedir aos Estados também que possam indicar um gerente para cada bacia. Administrar as bacias brasileiras é condição fundamental para preservar os nossos rios. Então, nós precisamos cobrar da ANA que essa legislação seja cumprida e haja um gerenciamento de todas as bacias importantes do País. Por exemplo, o São Francisco chegou a um ponto de degradação tão grande que diziam que ele estava secando; nada mais foi do que a contaminação do rio. Não havia mais peixe. O pessoal que vivia à margem do rio, de piscicultura, praticamente deixou a atividade. Havia um peixe lá, o surubim, que um peixe era de aceitação enorme. Praticamente o surubim desapareceu do São Francisco, porque jogavam os dejetos das vilas, dos povoados, das cidades, dentro do rio. Quando houve, agora, esse projeto de transposição das águas do Rio São Francisco, o Presidente Lula fez questão de determinar que antes se fizesse o gerenciamento dessas vilas e povoados, com saneamento básico, porque nós poderíamos preservar o rio e fazer a sua revitalização por meio do saneamento básico dessas cidades, dessas vilas, desses povoados de onde os afluentes levam os dejetos para dentro do rio.

Por isso, eu acho que o tema é atual. O tema, como disse o nosso colega Felix Mendonça Junior, é muito amplo. Por isso, nós precisamos... Se há alguém que queira compartilhar com trabalho dele... Mas eu acho que ele é capaz de fazer esse trabalho sozinho, com a assessoria de Luiz Henrique Caselli, por intermédio da nossa Consultoria Legislativa, vai proporcionar-lhe.

Mas o tema é amplo. O tema vai ensejar uma discussão muito grande. Minas Gerais, por exemplo, que fornece por meio do São Francisco, que tem rios enormes, como Rio das Velhas, como tantos outros rios tão importantes, e hoje tem a região



ali de Correntina e Luís Eduardo Magalhães, aquela região que é um celeiro de produção enorme, ali há o Rio Correntes, não é?

(intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - É na Bahia, mas tem também uma parte em Minas Gerais. Quando se passa por aqui, antes de chegar a Barreiras, passa-se por uma cidade de Minas Gerais. Eu andei muito por essas cidades de carro, quando eu ia de férias, e as férias eram de 90 dias, eu ia de carro para ficar conhecendo Minas e Bahia toda, aquela região.

Eu acredito que nós precisamos cada vez mais fortalecer essa questão da água. Dizem que a água vai ser o futuro problema do mundo, do mesmo jeito que o petróleo hoje. Há uma briga pelo petróleo, no futuro a briga vai ser pela água de boa qualidade, água doce. Então, eu sei que já teremos outras tecnologias para tirar a água do mar e transformá-la em água potável, mas haverá sempre os dejetos, e nós precisamos cuidar deles. Vejam que nós temos os dessalinizadores. Quando se fura um poço artesiano e a água é salobra, tem-se de colocar o dessalinizador, e ele transforma a água, mas fica uma quantidade de dejetos muito grande. Então, nós precisamos cada vez mais fazer com que essa água doce seja preservada, para que o Brasil no futuro possa usufruir desse benefício.

Dizem que o Brasil tem a maior quantidade de água doce, mas essa água doce é mal distribuída. Por exemplo, o Norte tem 90% dessa água, quase. Então... E assim por diante. E as outras Regiões... 90%, não; uns 80%, mas as outras Regiões têm uma quantidade muito pequena. O Nordeste, por exemplo, só tem 6% dessa água. Então, nós precisamos cada vez mais... 6%, não; parece que são 2% ou 3%. Então, no Nordeste é muito mal distribuída essa quantidade de água doce. Por isso, nós precisamos fazer esse trabalho também, orientando para isto: para que nós possamos aproveitar esse potencial que a natureza nos deu, que o solo brasileiro nos deu, para que nós possamos preservar a nossa água potável, para que, num futuro próximo, possamos não só distribuir à nossa população água de boa qualidade, mas sobretudo — quem sabe? — até exportar água. Exportar água!

E já se fala disso. Quantos países lá da Ásia não têm comprado água mineral o tempo todo? Com um carregamento todinho só de água mineral, um navio vai todo



com água mineral! Então, nós precisamos é disto: cada vez saber mais utilizar nossa água, e utilizar para o nosso benefício.

Deputado Felix Mendonça Júnior, pode encerrar.

O SR. DEPUTADO FELIX MENDONÇA JÚNIOR - Só complementando sobre a exportação de água, é grande porque, quando nós exportamos gado, nós estamos exportando a água que o gado consumiu, e os nossos vegetais também. Então, na utilização da nossa água aqui, e na transformação dela, como nós somos o celeiro do mundo, já estamos exportando água. Não é preciso nem exportar a água como água mesmo. Quando exportamos o gado, a carne, o vegetal, já estamos exportando.

É muito importante esse estudo, e a sugestão do Deputado Pedro Uczai é muito boa, bem-vinda. E eu acho que duas cabeças pensam sempre melhor, e quando uma outra, como a dele, é ainda mais avantajada do que a nossa vai pensar melhor ainda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Está bom.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes avisando que teremos, no dia 13 de junho, às 15h30, uma grande reunião sobre o lançamento do nosso estudo das energias renováveis, e na terça-feira, sem falta — sem falta! —, terça-feira, dia 29, no Plenário 3 do corredor das Comissões, das 14 horas às 18h30min, com a presença do Ministro da Saúde Alexandre Padilha e a participação de dirigentes de órgãos públicos e privados do setor, nós vamos discutir as patentes e o futuro da indústria nacional de fármacos.

Um abraço.